



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 1º QUADRIMESTRE
PREFEITURA MUNICIPAL**

Processo : TC-6919.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Pedra Bela

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 1º quadrimestre de 2021

Prefeito : Álvaro Jesiel de Lima

CPF nº : 041.209.678-16

Período : 01/01/2021 a 30/04/2021

Relatoria : Conselheiro Dr. Robson Marinho

Instrução : UR-03 /DSF-II

Senhor Diretor da Unidade Regional de Campinas – UR-03,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo Órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Álvaro Jesiel de Lima, responsável pelas contas em exame (Arquivo 02).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C	C+	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B+
i-Educ	C	B	C+
i-Saúde	C+	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	C+

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.



A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas por meio das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-000922.989.21, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado por meio da Lei Municipal nº 527, de 15 de março de 2017 (Arquivo 03).

A Portaria nº 3.026/2019 designou servidor ocupante de cargo público efetivo como responsável pelo Controle Interno (Arquivo 03.1, fl. 01).

Destaca-se que o setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017. O servidor designado em 2021 acumula o cargo de responsável pelo Departamento de Pessoal, fator que compromete a sua independência de atuação, necessária ao exercício da função (Arquivo 03.1, fl. 02).

Analizamos os relatórios elaborados pelo Sistema de Controle Interno, referentes ao 1º quadrimestre de 2021 e constatamos que os documentos elaborados pelo setor trazem somente dados estatísticos sobre os resultados da Prefeitura Municipal no período, de modo que inexistem apontamentos ou recomendações (Arquivo 03.2)

Assim, verificamos que o controle interno, no período analisado não exerceu a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos, com vistas à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017.

A título de exemplo, não constam nos relatórios de controle interno o tratamento de assuntos atinentes a licitações, adiantamentos (recomendação desta Corte em 2018), fidedignidade das informações ao Sistema Audep (recomendação em 2016 e 2018), IEGM (recomendações de 2016, 2017 e 2018), ausência de AVCB nos prédios municipais (recomendação de 2017), revisão do quadro de pessoal (recomendações dos exercícios de 2016, 2017 e 2018), contabilização de terceirização de mão de obra como despesas de pessoal (exercício de 2018), dentre outras matérias.

Entendemos, desta forma, que resta inobservado o Comunicado SDG nº 35/2015 - Sistema de Controle Interno, conforme a seguir:

Sob aquele fundamento constitucional e legal, é dever dos gestores municipais e estaduais, por meio de normas e instruções, instituir, se inexistente, e regulamentar a operação do controle interno, de molde que o dirigente disponha de informações qualificadas para a tomada

de decisões, além de obter mais segurança sobre a legalidade, legitimidade, eficiência e publicidade dos atos administrativos chancelados, sem que existam razões para alegar desconhecimento. É primordial que o controle interno seja instituído e atue de fato. As entidades, levando em conta a sua realidade interna, avaliarão quais atividades comporão o seu sistema de controle interno e qual a estrutura necessária para exercer as atribuições correspondentes, sendo recomendável que a atividade seja exercida por servidor de provimento efetivo. (g.n.)

Quanto à análise das despesas relativas ao combate da Covid-19, os relatórios do Controle Interno não apresentaram qualquer manifestação. Assim, conclui-se que o controle interno não atuou de maneira efetiva no controle dos atos e despesas relacionados à pandemia COVID-19, em inobservância ao Comunicado SDG nº 17/2020.

Portanto, embora haja regulamentação do controle interno no município, faz-se necessário o aprimoramento do setor de modo a acompanhar matérias que não receberam tratamento, especialmente aquelas decorrentes de apontamentos desta fiscalização, de despesas relacionadas à pandemia da COVID-19, bem como de recomendações desta E. Corte de Contas, proposta que será levada à conclusão deste relatório.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

Sob amostragem, no tocante ao i-Planejamento, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM-2020 e que, em razão de sua materialidade, podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- A Ouvidoria não elaborou Relatório de Gestão, infringindo o disposto no artigo 14, inciso II, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”, infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- Nem todos os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício de suas atividades;
- Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade não têm dedicação exclusiva na área.

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista as informações constantes no Sistema “Painel de Obras”, validadas pelo Órgão fiscalizado, verificamos que não há obras paralisadas no município.

A.4. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

No período, houve a seguinte fiscalização ordenada, relacionada à perspectiva Planejamento:

I Fiscalização Ordenada de 2021, de 18 de março de 2021	
Tema	Transparência - Ouvidorias
Evento em que o Relatório foi inserido	Evento 11 do TC-006741.989.21
Processo específico que trata da matéria nº	TC-006741.989.21
Apontamentos:	
<ul style="list-style-type: none">• Não há regulamentação legal da Ouvidoria;• A dedicação para os serviços de Ouvidoria não é integral;• A Ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades(Gestão) do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;• A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;• Não houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário";• A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.	
<p><u>Parecer da fiscalização:</u> Tendo em vista o curto lapso temporal entre a fiscalização ordenada e o final do período analisado (30/04/2021), avaliaremos as providências tomadas pela Origem em fiscalização do próximo quadrimestre.</p>	

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual



estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 8.937.613,04
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 8.043.280,40
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 196.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 698.332,64

Dados extraídos do Sistema Audeps: Relatório de Instrução juntado neste evento (Arquivo 04).

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superavit* de R\$ 2.214.424,66, correspondente a 24,77% das receitas realizadas.

B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audeps, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente não superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 (doze) meses anteriores ao 2º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 19.616.042,99) e receitas correntes (R\$ 24.411.831,68) do Ente correspondeu a 80,35%, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no §1º do artigo 167-A da Constituição Federal.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	24.411.831,68
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	19.616.042,99
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		80,35%

Relatório de Instrução Sistema Audeps 1º Quadrimestre (Arquivo 04 – Fl. 05)

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre de 2021, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Período	Abr 2020	Ago 2020	Dez 2020	Abr 2021
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 10.493.516,94	R\$ 10.382.196,89	R\$ 10.442.328,00	R\$ 10.315.411,66
Inclusões da Fiscalização	R\$ 1.154.271,10	R\$ 1.245.993,71	R\$ 1.300.623,25	R\$ 1.244.685,65
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 11.647.788,04	R\$ 11.628.190,60	R\$ 11.742.951,25	R\$ 11.560.097,31
Receita Corrente Líquida	R\$ 20.805.691,12	R\$ 21.706.341,84	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	R\$ 20.805.691,12	R\$ 21.706.341,84	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38
% Gasto Informado	50,44%	47,83%	46,96%	42,20%
% Gasto Ajustado	55,98%	53,57%	52,81%	47,30%

Nos termos do artigo 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como **“Outras Despesas de Pessoal”**¹.

Sobre a matéria, destaca-se o julgamento das Contas Anuais de Pedra Bela, do exercício de 2018, conforme ementa a seguir transcrita:

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESPESA COM PESSOAL. INCLUSÃO DE GASTOS COM TERCEIRIZADOS. SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA. SUPERAÇÃO DO LIMITE LEGAL. AUSÊNCIA DE RECONDUÇÃO. PARECER DESFAVORÁVEL. 1. O valor dos contratos de prestação de serviços que se referem à substituição de servidores, caracterizados como terceirização de mão de obra, devem ser

¹ No julgamento da ADI nº 2238/DF, o Plenário do C. STF não reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 18, § 1º, da LRF. Julgamento em 24/06/2020.



contabilizados na despesa com pessoal. 2. A superação do limite à despesa com pessoal só pode ser relevada na hipótese de eliminação do excedente gasto nos 2 quadrimestres subsequentes, nos termos do art. 23 da LRF, nos moldes da decisão adotada no TC-004295/989/16 (g.n.)
(Segunda Câmara, TC-4247.989.18, Sessão de 01/09/2020, Rel. Conselheiro Renato Martins Costa)

Assim, por não terem sido contabilizadas como “Outras despesas de Pessoal”, foram incluídas as seguintes despesas:

- Despesas com a Pessoa Jurídica “Pronto Clinica Centro Medico Ltda”, decorrente do contrato s/nº, de 29/06/2018 (Arquivo 06). Verificamos tratar-se de substituição de mão de obra, mediante contratação dos seguintes profissionais: médicos, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, técnico em raio X, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e farmacêutico;
- Despesas com a Pessoa Física “Terezinha de Cássia de Lima Cesar”. Verificamos tratar-se de contratação de assistente social, por meio de procedimento licitatório (Carta Convite).

Os valores incluídos foram discriminados, conforme consta no Arquivo 05, documento elaborado por esta fiscalização, a partir das informações disponíveis no Sistema Audesp.

Sem prejuízo de outras determinações, propomos que, doravante, o valor dos contratos de prestação de serviços que se referem à substituição de servidores, caracterizados como terceirização de mão de obra, sejam contabilizados como despesas de pessoal, em observância à recomendação expressa deste E. Tribunal de Contas.

B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.1.3. PRECATÓRIOS

A questão será examinada quando do fechamento do exercício – fiscalização relativa ao 3º quadrimestre de 2021.



B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS - AVCB

Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB para praticamente todos os imóveis ocupados pela Prefeitura Municipal de Pedra Bela², conforme declaração constante do arquivo 07, descumprindo-se o disposto no **Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018**.

Destacamos que a falha é grave, principalmente por tratar o AVCB de requisitos mínimos de segurança para os que frequentam e trabalham nos prédios públicos.

Os fatos demonstram a necessidade da **adoção de medidas imediatas**, haja vista que dentre as falhas apuradas **há questões de segurança envolvidas (AVCB)**, em especial **nos casos de escolas**, por envolver **crianças e adolescentes**, denotando, simultaneamente, o **descumprimento da Constituição Federal (caput do artigo 37), do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 1º da Lei Federal nº 8.069/90) e do Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018**. Importante destacar que **os Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e Adolescente** devem tomar conhecimento da situação aqui relatada, visando o aprimoramento de sua atuação para que ocorrências da espécie não venham se efetivar novamente.

Destacamos decisão proferida no TC-4617.989.18 (Evento 169), referente às contas de 2018 da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, sob Relatoria do Exmo. Senhor Conselheiro Dr. Dimas Ramalho, que determinou o que segue:

“(…) Quanto aos estabelecimentos físicos, consta nos autos que existiam unidades de ensino que necessitavam de reparos, bem como unidades que não dispunham de AVCB ou alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária. Portanto, **determino** à Prefeitura local imediatas providências a fim de providenciar os devidos reparos em suas escolas. Da mesma forma, **determino** que o Executivo providencie, **imediatamente**, os Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, para todos os prédios públicos. Considerando o art. 23, parágrafo único, “15”, c/c arts. 139, § 2º e 142 da Constituição Estadual, e o previsto art. 4º, VIII, da Lei Complementar nº 1.257, de 06/01/2015, **determino** o envio de cópia

² Conforme consta no documento juntado no arquivo 07.1 apenas a Creche Municipal Jonas Lidio Leme possui AVCB vigente.

do relatório da fiscalização e deste voto ao corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.

Ante o exposto, **propomos seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.**

B.3.2. CARGOS EM COMISSÃO. ESCOLARIDADE

As leis que criaram os cargos em comissão e fixaram as suas atribuições na Prefeitura Municipal de Pedra Bela são: Lei Complementar Municipal nº 65/2003 (Arquivo 8, fls. 01/04), Lei Complementar Municipal nº 96/2013 (Arquivo 8, fls. 05/08), Lei Complementar Municipal nº 97/2013 (Arquivo 08, fls. 09/16), Lei Complementar Municipal nº 113/2017 (Arquivo 08, fls. 17/28) e Lei Complementar Municipal nº 120/2018 (Arquivo 08, fls. 29/43 e Arquivo 08.1).

Constatamos que para o provimento dos cargos em comissão destacados abaixo (cargos que estavam providos em 30/04/2021), não foi exigida escolaridade mínima de ensino superior ou técnico, em inobservância ao Comunicado SDG nº 32/2015 e à jurisprudência deste Tribunal de Contas, conforme segue:

Cargo	Grau de escolaridade
Assessor de Gabinete	Ensino Médio Completo
Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer	Ensino Fundamental Completo
Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão	Ensino Fundamental Completo
Assistente da Gabinete	Ensino Fundmaental Completo
Cargos de Chefia	Ensino Médio Completo

Quadro de pessoal em 30/04/2021 juntado no Arquivo 09

No caso, do total de cargos em comissão ocupados em 30/04/2021, observamos a **existência de 02 servidores que possuíam grau de escolaridade de nível médio** (Arquivo 10), em inobservância ao item 08 do Comunicado SDG nº 32/2015.

Também nesse sentido, vasta jurisprudência deste Tribunal de Contas, conforme excertos extraídos de Contas Anuais:

(...) recomendo a Administração Municipal que atente para a excepcionalidade prevista no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal para o provimento de funções de confiança e cargos em comissão e defina com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas, nos termos do Comunicado SDG nº 32/2015.

(Primeira Câmara, Contas Anuais, TC-002149/026/13, Rel. Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, sessão de 27/10/2015)



(...) Desse modo, deverá a Prefeitura rever o seu quadro de pessoal para restringir os cargos em comissão aos casos de direção, chefia e assessoramento e estabelecendo exigência de escolaridade adequada para seu provimento, balizando-se pelas diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 32/2015.

(Primeira Câmara, Contas Anuais, TC-003859.989.16, Rel. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, sessão de 27/03/2018)

(...) No tocante ao Quadro de Pessoal, deixo de acolher as justificativas da Origem e determino a regularização dos cargos em comissão sem as características ou atribuições específicas de chefia, direção e assessoramento, os quais devem estar expressa e objetivamente previstas em normas regulamentadoras, além de a Origem passar a exigir escolaridade compatível para os ocupantes de cargos em comissão, nos termos do Comunicado SDG nº 32/2015.

(Segunda Câmara, Contas Anuais, TC-006903.989.16, Rel. Conselheiro Renato Martins Costa, Sessão de 12/03/2019)

Sem prejuízo de outras determinações, **propomos adequação do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Pedra Bela ao Comunicado SDG nº 32/2015 e ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.**

B.3.3. CARGOS EM COMISSÃO. ASSESSORAMENTO

Os cargos em comissão de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão, Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 120, de 29 de março de 2018, possuem as seguintes atribuições:

Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer

Atribuições:

- (01) Assessorar os trabalhos da Diretoria de Esporte e Lazer;
- (02) Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- (03) Acompanhar a agenda administrativa e social;
- (04) Acompanhar os prazos;
- (05) controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- (06) exercer outras atividades correlatas.

Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão

Atribuições:

- (01) Assessorar os trabalhos da Diretoria de Planejamento e Gestão;
- (02) Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- (03) Acompanhar a agenda administrativa e social;
- (04) Acompanhar os prazos;



- (05) controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- (06) exercer outras atividades correlatas.

Assistente de Gabinete

Atribuições:

- (01) Assessorar os trabalhos do Gabinete do Prefeito;
- (02) Orientar e acompanhar as atividades;
- (02) Elaborar o expediente oficial do Prefeito;
- (03) Acompanhar a agenda administrativa e social;
- (04) Acompanhar os prazos;
- (05) controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- (06) exercer outras atividades correlatas.

Assessor de Gabinete

Atribuições:

- (1) Assessorar diretamente o Prefeito na sua representação civil, social e administrativa;
- (2) Assessorar o Prefeito na adoção de medidas administrativas que propiciem a harmonização das iniciativas dos diferentes órgãos municipais;
- (3) Prestar assessoramento ao Prefeito, encaminhando-lhe, para pronunciamento final, as matérias que lhe foram submetidas à análise e decisão;
- (4) Assessorar a elaboração do expediente Oficial do Prefeito;
- (5) Supervisionar a elaboração de sua agenda administrativa e social;
- (6) Encaminhar para publicação os atos do Prefeito;
- (7) Controlar a observância dos prazos;
- (8) Supervisionar a organização do cerimonial;
- (9) Outras atividades correlatas.

Note-se que as descrições dos cargos em comissão acima elencadas se destinam ao exercício de atividades meramente burocráticas ou de secretaria, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança.

Além disso, em nenhum dos cargos acima elencados foi exigido, como requisito de provimento, o ensino superior completo, o que afasta a complexidade das funções de assessoria.

Em 30/04/2021, estavam providos dois assessores de gabinete, um assistente de gabinete, um assistente de diretoria de esporte e lazer e um assistente de diretoria de planejamento e gestão, conforme consta em quadro de pessoal (Arquivo 09).

Registra-se que a mera nomenclatura “assessor” ou “assistente”, não deve ser fator determinante para autorizar o seu provimento em comissão. Ainda que a denominação tenha por objetivo indicar que a sua função é de “direção, chefia ou assessoramento”, no caso, importa verificar o rol de atribuições do cargo, de modo a comprovar se o seu ocupante atuará, de fato,

para tais finalidades e se, para tanto, o elemento fiduciário é indispensável.

Da mesma forma, não é possível admitir a existência de “assessores dos assessores”, de modo a se criar uma escala de cargos em comissão até o último nível hierárquico.

Nesse sentido, registra-se os bem lançados fundamentos do r. Acórdão da ADIN nº 2006867-53.2015.8.26.0000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

(...) assessoramento de Secretários e Diretores de Divisão não tem a característica de cargos em comissão. Em comissão e de confiança são os próprios Secretários, não podendo, a lei, estender tal relação a seus subordinados, pois a direção, a chefia ou o assessoramento são daqueles e não destes. Interpretar da forma postulada é ampliar a confiança até a vigilantes e porteiros da Secretaria, o que seria um absurdo (...) se o próprio Diretor já é Assessor do Prefeito, incrível querer “Assessor de Assessor” e “Assessor deste Assessor” até o último funcionário de divisão ou da repartição. A fraude ao concurso e à Constituição são insofismáveis.

(ADIN nº 2006867-53.2015.8.26.0000. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Rel. Des. Guerrieri Rezende, Decisão unânime, j. 12/08/2015).

Portanto, a manutenção de cargos ocupados, cujas atribuições não possuem características de direção chefia e assessoramento constituem burla à regra do concurso público, e vão de encontro ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Sem prejuízo de outras determinações, sugerimos a comunicação do apontamento ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção de providências que entender cabíveis para o caso.

B.3.4. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Com fundamento no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 84/2009 (Arquivo 11), a Prefeitura Municipal de Pedra Bela concede adicional de 15% sobre o valor básico de seus vencimentos ao professor I e II que comprovar ser portador de diploma de licenciatura plena ou licenciatura plena em pedagogia.

Todos os professores I e II recebem a mencionada gratificação, conforme se constata na folha de pagamento juntada às fls. 01/37 do Arquivo 12.

Tendo em vista que a graduação em licenciatura plena já é requisito para o provimento do cargo (artigo 9º, incisos I e II, da mencionada lei), o pagamento da gratificação de nível universitário é irregular, uma vez que isso implicaria em duplo pagamento sob idêntico fundamento, em



inobservância ao artigo 39, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e aos princípios da moralidade, interesse público e eficiência.

Nesse sentido, transcrevo excertos extraídos de processos analisados por este e. Tribunal de Contas:

(...) O pagamento de Adicional de Nível Universitário aos ocupantes de cargos que já exigem formação de nível superior como requisito de ingresso afronta o princípio da moralidade administrativa, devendo a Câmara adequar sua legislação sobre a matéria.

(Primeira Câmara, Contas de Câmara, TC-002433/026/12, Rel. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, sessão de 14/05/2019)

(...) A concessão de gratificação de nível universitário a ocupantes de cargo de nível superior, mesmo que prevista em Lei Municipal, acarreta vantagens indevidas ao beneficiário e contraria os princípios norteadores da Administração Pública (eficiência e moralidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Estadual Paulista).

(Segunda Câmara, Contas de Prefeitura, TC-004488.989.18, Rel. Conselheiro Dimas Ramalho, sessão de 10/03/2020)

Pelo exposto, entendemos irregular o pagamento da mencionada gratificação.

B.3.5. HORAS EXTRAS

Conforme relatório constante à fl. 09 do Arquivo 16, no período em análise, foram pagos os seguintes valores a título de horas extras:

Mês	Hora extra 50% (R\$)	Hora extra 100% (R\$)	Total (R\$)
Janeiro	20.284,88	8.950,22	29.235,10
Fevereiro	20.582,26	10.782,77	31.365,03
Março	17.608,27	9.045,43	26.653,70
Abril	25.519,18	18.785,09	44.304,27
TOTAL			131.558,10

Verificamos, conforme dados do quadro acima e pela relação juntada no Arquivo 09, fls. 01/15, que a realização de horas extras se manteve constante em todos os meses do quadrimestre, o que demonstra que a prática ocorreu de forma contumaz e rotineira, não se revestindo da excepcionalidade necessária para a sua legal caracterização.

A título de exemplo, note-se que alguns servidores realizaram exatamente a mesma quantidade de horas extras todos os meses:



RELAÇÃO EXEMPLIFICATIVA

Nome	Admissão	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
Adir de Assis Leonardi	01/09/2003	0040-Motorista				
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	40	838,54
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	40	838,54
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	40	838,54
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	40	838,54
Anderson de Lima	15/02/2011	0040-Motorista				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	22	208,35
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	22	208,35
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	22	208,35
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	22	208,35
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	22	277,80
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	22	277,80
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	22	277,80
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	22	277,80
Andreia D. De Oliveira Souza	17/02/2020	0038-Merendeira - Efetivo				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	32	303,05
Benedito Donisete Pereira	03/02/2003	0020-Coletor de Lixo				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	40	378,82
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	40	378,82
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	40	378,82
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	40	378,82
Benedito P. Rodrigues Maciel	03/02/2003	0046-Pedreiro				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	20	208,27
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	20	208,27
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	20	208,27
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	20	208,27
Cleusa Maria Leme	01/04/1992	0088-SECRETARIO DA J. DE S. MI				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	30	333,12
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	30	333,12
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	30	333,12
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	30	333,12
Cleide A. Gomes de Moraes	03/02/2003	0020-Coletor de Lixo				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	28	265,17
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			03/2021	10-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	32	303,05
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	C 32	303,05
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	16	202,04
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	12	151,53
0011-Hora Extra 100%			03/2021	10-01	12	151,53
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	8	101,02
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	C 12	151,53
Durval Leme de Araujo	13/03/2004	0069-Vigia				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	24	227,29
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	24	227,29
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	24	227,29
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	24	227,29
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	26,32	335,00
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	26,32	335,00
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	26,32	335,00
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	26,32	335,00
Eva de Fátima Rodrigues	10/02/2003	0033-Escriturário				
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	44	555,61
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	44	555,61
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	44	555,61
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	44	555,61
Isaac Ferreira Gomes	04/04/1988	0040-Motorista				
0006-Horas Extras 50%			01/2021	10-01	22	240,86
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	22	240,86
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	C 22	240,86
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	22	240,86
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	22	240,86
0011-Hora Extra 100%			01/2021	10-01	22	321,15
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	22	321,15
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	C 22	321,15
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	22	321,15
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	22	321,15



João Aparecido Moreira	15/06/2012	0040-Motorista			
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	22
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	22
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	22
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	22
0011-Hora Extra 100%			01/2021	09-01	22
0011-Hora Extra 100%			02/2021	09-01	22
0011-Hora Extra 100%			03/2021	09-01	22
0011-Hora Extra 100%			04/2021	09-01	22
					208,35
					208,35
					208,35
					208,35
					277,80
					277,80
					277,80
					277,80
José Aparecido da Silva	03/02/2003	0040-Motorista			
0006-Horas Extras 50%			01/2021	09-01	32
0006-Horas Extras 50%			02/2021	09-01	32
0006-Horas Extras 50%			03/2021	09-01	32
0006-Horas Extras 50%			04/2021	09-01	32
					316,12
					316,12
					316,12
					316,12

A utilização do instituto das horas extras com pagamentos contínuos e idênticos se constitui, na prática, em complementação salarial, procedimento que está em contrariedade aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e da razoabilidade.

Desta forma, entendemos irregular o pagamento contínuo de horas extras, conforme visto.

B.3.6 AUSÊNCIA DE ESCRITURA PÚBLICA DE BENS IMÓVEIS

Conforme relação apresentada pela Origem e juntada no Arquivo 15, nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audeps, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	27,98%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	27,77%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,20%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	76,91%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	76,91%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	72,90%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	58,14%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	58,14%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	55,09%

Dados extraídos do Sistema Audeps: Relatório de Instrução juntado neste evento (Arquivo 13)

Nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado**, por sete vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento (Arquivo 14).

Observamos o não cumprimento, até o momento, dos percentuais mínimos de aplicação de recursos do FUNDEB (geral) e do FUNDEB magistério.

Conforme informado pela Origem nos relatórios de acompanhamento COVID-19, as aulas presenciais, incluindo o ensino infantil (creche e pré-escola) e fundamental (anos iniciais e finais), foram suspensas ao longo do exercício, restando prejudicada a aferição do atendimento à demanda de vagas.

Em razão da pandemia, a Secretaria Municipal de Educação informou que a rotina escolar permaneceu alterada, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino, sendo adotadas medidas educacionais voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, sendo elas a impressão e disponibilização do material escolar e a contratação da plataforma digital de ensino à distância “Moodle” (Arquivo 13.1).

C.2. IEG-M – I-EDUC

Sob amostragem, no tocante ao i-Educ, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM-2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010;
- Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, conforme prevê a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010;
- Nem todos os professores dos Anos Iniciais possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no artigo 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, artigo 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação;



- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

No tocante ao piso salarial dos professores, verificamos que a carga horária dos professores do município é, em sua maioria, de 155 horas mensais, de modo que o valor pago é proporcional ao piso salarial vigente (R\$ 2.886,24 para 200 horas mensais).

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Artigo nº 77, inciso III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,90%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	23,98%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	21,57%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento (Arquivo 04)

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Sob amostragem, no tocante ao i-Saúde, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM-2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911, de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP, em especial o relativo aos empenhos informados, a saber:

1. Foi informada a modalidade “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” para despesas com empresa de passe livre no pedágio e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, prejudicando assim a fiel análise da fiscalização, uma vez que, conforme o artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, a situação enquadra-se como “DISPENSA DE LICITAÇÃO”:

Mod. de Licitação	Subelemento	Nome do Credor	Nº Empenho	Histórico resumido	Data de Emissão
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903999	CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO SA	994/2021	Despesa mensal com pedágio – Sem Parar	17/02/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903299	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JARINU - AAJ	2073/2021	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	12/04/2021

(2) Não foram informados os números do CNPJ/CPF de alguns fornecedores no campo “ID CREDOR”, contrariando ao disposto no artigo 61



da Lei Federal nº 4.320/64 e aos padrões do Sistema Audesp, prejudicando a identificação dos destinatários dos gastos públicos, exemplos:

ID Credor	Nome do Credor	Nr. Empenho	Dt. Emissão
INSCRIÇÃO GENÉRICA- OUTROS - 5011	DURVAL LEME DE ARAUJO (RESPONSÁVEL ADIANTAMENTO)	867	09/02/2021
INSCRIÇÃO GENÉRICA- OUTROS - 3139	RENATO ROGERIO FERREIRA (RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTO)	1743	25/03/2021

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Neste sentido, em recentes julgados, assim se posicionou a Primeira Câmara deste E. Tribunal de Contas:

A respeito dos itens 'Formalização das Licitações, Inexigibilidades e Dispensas' e 'Fidedignidade dos Dados informados ao Sistema AUDESP', recomendo à Câmara para que promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004722.989.18-3. 1ª Câmara. Rel. Cristiana de Castro Moraes. DOE: 22/11/2019) – g.n.

Considerando que não houve prejuízos à fiscalização dos demonstrativos, apenas recomendo à Origem que atente às informações enviadas ao Sistema Audesp, evitando omissões e/ou dados controvertidos, de forma a atender plenamente aos princípios da transparência e evidenciação contábil, nos termos suscitados no Comunicado SDG nº 34/09. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-006075.989.16-0. 1ª Câmara. Rel. Sidney Estanislau Beraldo. DOE: 12/11/2019) – g.n.

De igual forma, vem sendo decidido pela Segunda Câmara desta E. Corte de Contas:

Sobre os apontamentos relativos à incorreta classificação de despesas e envio intempestivo de informações ao sistema AUDESP, deverá a Edilidade, adequar sua escrituração aos parâmetros impostos pela Nova Contabilidade Pública, observando o formalismo próprio e a tempestividade correta, a fim de evitar afrontas aos Princípios da Oportunidade, Evidenciação Contábil e Transparência. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004927.989.16-0. 2ª Câmara. Rel. Dimas Ramalho. DOE: 30/05/2019) – g.n.



Alimente o Sistema Audesp com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidência contábil (artigo 1º da LRF e artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), observando o Comunicado SDG nº 34/09, encaminhando a este Tribunal os documentos dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções nº 02/16. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-005211.989.18-1. 2ª Câmara. Rel. Samy Wurman. DOE: 04/03/2020) – g.n.

Diante do exposto, propomos seja recomendado à Origem que **promova ajustes a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidência contábil.**

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Sob amostragem, no tocante ao i-GOV TI, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM-2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- A Prefeitura Municipal não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores de Tecnologia da Informação;
- A Prefeitura Municipal informou que não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- A Prefeitura Municipal não designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO), contrariando a disposição do artigo 23, inciso III, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos, no período, desatendimento às Instruções deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema AUDESP, registradas no item G.1 deste relatório.

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

1. ITEM A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O servidor designado em 2021 acumulou o cargo de responsável pelo Departamento de Pessoal, condição que compromete a sua independência de atuação, necessária ao exercício da função;
- Os documentos elaborados pelo setor trazem somente dados estatísticos sobre os resultados da Prefeitura Municipal no período, de modo que inexistem apontamentos ou recomendações;
- O setor não exerceu, no período analisado, a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos, com vistas à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017;
- O controle interno não atuou de maneira efetiva no controle dos atos e despesas relacionados à pandemia COVID-19, em inobservância ao Comunicado SDG nº 17/2020;
- Desatendimento ao Comunicado SDG nº 35/2015 que determina a instituição e atuação efetiva do controle interno;
- Proposta da fiscalização: aprimoramento do setor de controle interno, de modo a acompanhar matérias que não receberam tratamento, especialmente aquelas decorrentes de apontamentos desta fiscalização, de despesas relacionadas à pandemia da COVID-19, bem como de recomendações desta E. Corte de Contas.

2. ITEM A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- A Ouvidoria não elaborou Relatório de Gestão, infringindo o disposto no artigo 14, inciso II, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”, infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea “a”, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- Nem todos os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício de suas atividades;
- Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade



não têm dedicação exclusiva na área;

- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

3. ITEM A.4. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

- Não há regulamentação legal da Ouvidoria;
- A dedicação para os serviços de Ouvidoria não é integral;
- A Ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades(Gestão) do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;
- A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
- Não houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário";
- A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.

4. ITEM B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

- Inclusão, como despesas de pessoal, dos valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos que não foram contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal";
- Proposta da fiscalização: que, doravante, o valor dos contratos de prestação de serviços que se referem à substituição de servidores, caracterizados como terceirização de mão de obra, sejam contabilizados como despesas de pessoal, em observância à recomendação expressa deste E. Tribunal de Contas.

5. ITEM B.3.1. DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS – AVCB

- Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB para praticamente todos os imóveis ocupados pela Prefeitura Municipal de

Pedra Bela³, conforme declaração constante do arquivo 07, descumprindo-se o disposto no Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018;

- Proposta da fiscalização: que seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.

6. ITEM B.3.2. CARGOS EM COMISSÃO. ESCOLARIDADE

- Para o provimento dos cargos em comissão de Assessor de Gabinete Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão Assistente da Gabinete e todos os Cargos de Chefia, não foi exigida escolaridade mínima de ensino superior ou técnico, em inobservância ao Comunicado SDG nº 32/2015 e à jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Do total de cargos em comissão ocupados em 30/04/2021, observamos a existência de 02 servidores que possuíam grau de escolaridade de nível médio (Arquivo 10), em inobservância ao item 08 do Comunicado SDG nº 32/2015.

7. ITEM B.3.3. CARGOS EM COMISSÃO. ASSESSORAMENTO

- Os cargos em comissão de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão, Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete se destinam ao exercício de atividades meramente burocráticas ou de secretaria, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança;
- Em 30/04/2020, estavam providos dois assessores de gabinete, um assistente de gabinete, um assistente de diretoria de esporte e lazer e um assistente de diretoria de planejamento e gestão;
- A manutenção de cargos ocupados, cujas atribuições não possuem características de direção chefia e assessoramento constituem burla à regra do concurso público, e vão de encontro ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.
- Proposta da fiscalização: comunicação ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das providências que entender cabíveis para o caso.

³ Conforme consta no documento juntado no arquivo 07.1 apenas a Creche Municipal Jonas Lidio Leme possui AVCB vigente.



8. ITEM B.3.4. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

- Constatamos o pagamento de Adicional de Nível Universitário aos ocupantes de cargos que já exigem formação de nível superior como requisito de ingresso, em inobservância ao artigo 39, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e aos princípios da moralidade, interesse público e eficiência.

9. ITEM B.3.5. HORAS EXTRAS

- A realização de horas extras se manteve constante em todos os meses do quadrimestre, o que demonstra que a prática ocorreu de forma contumaz e rotineira, não se revestindo da excepcionalidade necessária para a sua legal caracterização;
- A utilização do instituto das horas extras com pagamentos contínuos e idênticos se constitui, na prática, em complementação salarial, procedimento que está em contrariedade aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e da razoabilidade.

10. ITEM B.3.6. AUSÊNCIA DE ESCRITURA PÚBLICA DE BENS IMÓVEIS

- Nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73.

11. ITEM C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

- As despesas empenhadas, liquidadas e pagas do FUNDEB indicam, até o fim do 1º quadrimestre, o não atingimento do percentual mínimo de 90% dos recursos recebidos e 70% na aplicação no magistério;
- Nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o município alertado, por sete vezes.

12. ITEM C.2 IEG-M – I-EDUC

- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05



de maio de 2010;

- Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, conforme prevê a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010;
- Nem todos os professores dos Anos Iniciais possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no artigo 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, artigo 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação;
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020;
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

13.ITEM D.2. IEG-M – I-SAÚDE

- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911, de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

14.ITEM G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- Existência de divergência dos dados informados ao Sistema Audesp, em inobservância aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64);
- Proposta da fiscalização: que seja recomendado à Origem para que promova ajustes, a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da



transparência e da evidenciação contábil

15. ITEM IEG-M – I-GOV TI

- A Prefeitura Municipal não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores de Tecnologia da Informação;
- A Prefeitura Municipal informou que não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- A Prefeitura Municipal não designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO), contrariando a disposição do artigo 23, inciso III, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

16. ITEM H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Desatendimento às Instruções deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema AUDESP.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-03, 13 de julho de 2021.

EVANDRO TAKASHI SAITO
CHEFE TÉCNICO DA FISCALIZAÇÃO